

STF mantém por unanimidade homologação de plano para liberar emendas

04/03/2025

O Supremo Tribunal Federal manteve, por unanimidade, a [decisão em que o ministro Flávio Dino](#) homologou o plano apresentado pelo Congresso para execução de emendas parlamentares com regras de transparência e rastreabilidade.

A sessão virtual extraordinária termina oficialmente nesta quarta (5/3). A expectativa é de que o valor liberado ao fim do julgamento chegue a R\$ 50 bilhões neste ano.

A liminar não revogou a suspensão de repasses específicos a ONGs e entidades do terceiro setor que não cumpriram critérios de transferência; recursos destinados à saúde que não estejam em contas devidamente regularizadas; “emendas Pix” sem plano de trabalho apresentado; e emendas de comissão e de bancada sem aprovação registrada em ata de reunião.

O magistrado também manteve determinações anteriores sobre auditorias e relatórios técnicos a serem feitos pelo Tribunal de Contas da União e pela Controladoria-Geral da União. Além disso, a decisão não afeta o andamento de processos que tratam das emendas parlamentares, nem prejudica inquéritos e ações judiciais em que são analisadas “práticas ímprobas”.

Em dezembro do ano passado, o ministro havia liberado as emendas de comissão, desde que autorizadas pelas comissões permanentes da Câmara e do Senado, com informações sobre as indicações dos parlamentares solicitantes ou apoiadores.

Pouco depois, a Mesa Diretora da Câmara suspendeu o funcionamento de todas as comissões permanentes. Na sequência, 17 líderes partidários enviaram ao governo um ofício pedindo o pagamento de 5.449 emendas, totalizando R\$ 4,2 bilhões.

O drible [levou Dino a bloquear o pagamento de emendas da Câmara](#). Ele destacou que não foram juntadas atas demonstrando que os valores indicados foram aprovados pelas comissões. Posteriormente, o ministro adotou entendimento semelhante para bloquear emendas de comissão do Senado.

O plano

No plano, o Executivo e o Legislativo se comprometem a disponibilizar informações sobre emendas parlamentares no Portal da Transparência. O Congresso também se comprometeu a aprovar um projeto de resolução sobre o tema.

O documento com o novo plano foi enviado ao Supremo na última terça (25/2). O texto prevê a publicação dos autores e dos beneficiários das emendas e de mecanismos que permitam que os repasses sejam rastreados.

O plano também conta com cronogramas para a implementação progressiva de melhorias quanto à transparência e à rastreabilidade dos valores, considerando particularidades de cada tipo de emenda.

O ministro determinou que o Executivo e o Legislativo prestem informações, em 30 de maio, sobre as atualizações de cada eixo do plano de trabalho apresentado, para que a corte acompanhe se o planejamento foi cumprido.

Clique [aqui](#) para ler o voto de Dino
ADPF 854

